



BIODIVERSIDADE E BIOPIRATARIA: A PERDA DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E CULTURAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS¹

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger², Vera Eliane dos Santos Grimm³

INTRODUÇÃO: O principal enfoque da pesquisa é realizar uma abordagem acerca da biodiversidade e da biopirataria, destacando de forma específica as perdas da diversidade biológica e cultural de comunidades tradicionais – como a indígena. Assim também são analisadas as consequências advindas de um modelo de desenvolvimento que permitiu a apropriação privada de saberes, na forma de direitos individuais, em detrimento dos conhecimentos coletivos dos povos. Devido a esse processo, são inúmeras as repercussões geradas para o meio ambiente e para a vida em sociedade, principalmente com a utilização indevida da biodiversidade, com a biopirataria e com a proteção aos conhecimentos individuais. Desse modo, a perda da diversidade em questão, poderia ser controlada através da criação de um regime jurídico sui generis, para a proteção aos conhecimentos coletivos – que é a hipótese trabalhada na pesquisa. Para que então seja possível o resgate ao valor inerente da biodiversidade de vidas, de organismos e de culturas, com sustentabilidade.

METODOLOGIA: A pesquisa bibliográfica é utilizada para elaborar um referencial teórico consistente a respeito da biodiversidade e de seus conceitos, das comunidades indígenas e da sustentabilidade cultural das mesmas, e dos avanços e desafios em sede de apropriação dos conhecimentos tradicionais.

RESULTADOS: Estão sendo realizadas as leituras prévias para adequar o referencial teórico à pesquisa. No entanto, é possível perceber que a biodiversidade está seriamente ameaçada, principalmente porque a biopirataria avança em larga escala no Brasil. Isso traz consequências preocupantes para a sustentabilidade e para a manutenção da diversidade biológica e cultural das comunidades tradicionais.

CONCLUSÃO: Os direitos de comunidades tradicionais, como as indígenas, são usurpados em razão de objetivos financeiros, sem que nenhuma medida jurídica ou política seja tomada de forma eficaz para impedir mais perdas nesse aspecto. Diante disso, é necessário valorizar os conhecimentos coletivos dos povos, criando mecanismos de proteção que proíbam a apropriação privada dos saberes tradicionais. A cidadania deve ser privilegiada desde as pequenas comunidades ou tribos, para que seja possível a sustentabilidade do ecossistema e da própria vida.

¹ Projeto de Dissertação para o Mestrado Stricto Sensu em Desenvolvimento da UNIJUI/RS

² Professora Orientadora e Pesquisadora do Mestrado em Desenvolvimento da Unijui/RS.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento da Unijui/RS.

vfgrimm@uol.com.br